

# UMA DÉCADA DE DESINVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR: Um Estudo Sobre o Financiamento da UFPel entre 2010 e 2020

Geovanna Caroline Zanini Dutra<sup>1</sup>  
Giovanni Frizzo<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo apresentar os cenários das políticas de financiamento da educação pública superior nos anos de 2010 e 2020 e estabelecer uma relação comparativa com os investimentos do poder público na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) nos anos de 2010 e 2020. Para tal, analisa artigos científicos produzidos por pesquisadores da área sobre este período e confronta-os com os Relatórios de Gestão da UFPel utilizando a metodologia de análise de documentos. Parte do conceito de crise estrutural para compreender a saída para a crise por via do neoliberalismo, que também afeta as instituições de ensino, em especial as públicas, que tem seus recursos acaçapados devido à reorganização financeira que os governos praticam para a contenção de gastos em serviços públicos. Ao final, o artigo conclui que há uma defasagem de recursos financeiros para as universidades públicas, ao mesmo tempo que há fomento à rede privada de ensino superior, que cresce mais em relação às IFES. Conclui também que apesar do crescimento do número de IFES em 10 anos, ele não é linear, pois o corpo discente, docente e técnico-administrativo diminuiu na UFPel.

**Palavras-chave:** Universidade Pública; Financiamento; Ensino Superior.

## A DECADE TOWARDS DIVESTMENT IN HIGHER PUBLIC EDUCATION: A STUDY ON UFPel FINANCING BETWEEN 2010 AND 2020

## ABSTRACT

This study aims to present the scenarios of public higher education financing policies in the years 2010 and 2020 and establish a comparative relationship with the investments of the public power in the Federal University of Pelotas (UFPel) in the years 2010 and 2020. Analyzes scientific articles produced by researchers in the field on this period and compares them with the Management Reports of UFPel. It starts from the concept of structural crisis to understand the way out of the crisis through neoliberalism, which also affects educational institutions, especially public ones, which have their resources sequestered due to the financial reorganization that governments practice to contain spending on public services. In the end, the article concludes that there is a gap in financial resources for public universities, at the same time that there is promotion of the private network of higher education, which grows more in relation to IFES. It also concludes that despite the growth in the number of IFES in 10 years, it is not linear, as the student, faculty and technical-administrative body has decreased at UFPel.

**Keywords:** Public university; Financing; University education.

Submetido em: 18/4/2022

Aceito em: 19/5/2022

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas. Pelotas/RS, Brasil. <https://orcid.org/0009-0000-3585-8822>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas. Pelotas/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0025-9947>

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir as políticas de financiamento e de investimento do governo federal no campo da educação superior, em especial no que tange os investimentos disponibilizados para o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no período de 2010 e 2020. Faz-se, então, uma análise comparativa entre os investimentos disponibilizados para as IFES e os investimentos aplicados na Universidade Federal de Pelotas (UFPel<sup>3</sup>). Nesta análise, utilizam-se os períodos de 2010 e 2020 para discutir os impactos das políticas de financiamento da educação superior, sem descontextualizar da política global advinda do modelo de acumulação capitalista, que como veremos mais adiante, teve uma grande expressão nas políticas para o ensino superior durante os últimos anos.

O artigo toma como documentos para a análise algumas produções científicas já existentes no campo do financiamento das IFES e educação superior, bem como faz também uma pesquisa documental nos Relatórios de Gestão da UFPel dos anos de 2010 e 2020. Para fazer a análise de documentos, utilizamos a metodologia desenvolvida por Shiroma (2005).

Segundo esta metodologia, é preciso investigar como a ideologia, a lógica e a racionalidade estão expressas nos documentos de política educacional, mas que não são prontamente assimiláveis ou aplicáveis. Para tal compreensão, é necessária uma reescritura das prescrições, o que coloca para os estudiosos a tarefa de compreender a racionalidade que os informa e que, muitas vezes, parece contraditória, fomentando medidas que aparentam ir em direção contrária ao que propõem (Shiroma, 2005, p. 430 e 432).

Essa análise nos permite compreender as relações existentes entre a política pública de financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e estabelecer uma linha de análise com as políticas de financiamento da UFPel. Leva em consideração também a conjuntura política de crise de acumulação do capital para orientar as discussões sobre as medidas adotadas pelos governos, no formato de ajustes fiscais, que visam reestruturar os gastos do Estado com os setores públicos.

Queremos entender como as políticas globais e nacionais influenciam as políticas para financiamento no ensino superior. O cenário de crise sistêmica do capital já foi analisado por Mészáros (2011, p. 96), em que ele anuncia que o capital é uma forma incontrolável de controle sociometabólico, que possui uma “estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar a sua viabilidade produtiva, ou perecer, caso não consiga se adaptar”. O capital, enquanto relação social, ganha a aparência de algo dado, inexorável e imutável.

Desde o início dos anos 1970, ainda segundo Meszáros (2011), vivemos uma depressão contínua, que apresenta as características de uma crise estrutural, e agora, o que estamos vivenciando é a precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza para aumentar as taxas de lucro, que caíram devido à crise do capital. “Essas

<sup>3</sup> Escolhemos a UFPel, pois ela já faz parte do nosso estudo de doutorado em andamento até julho de 2022, e por isso o recorte de uma década de forma mais geral, pois os aprofundamentos estarão na tese.

crises são evidências da reação das camadas sociais menos favorecidas à política neoliberal que as exclui, cobrando delas o preço do crescimento econômico” (Ghidini; Mormul, 2022, p. 340).

O neoliberalismo é a faceta mais avançada da liberdade para proprietários dos meios de produção, terceirizando a responsabilidade pelos direitos sociais, que devem ser o quanto antes transformados em mercadorias, cedidos aos grandes empresários para que possam germinar mais lucros com estes serviços, que agora são pagos. Trata-se “de um conjunto de relações sociais que resultam do conflito das classes incrustadas na estrutura da sociedade” (Macário, 2021, p. 25), e estas relações também estão presentes nos projetos apresentados para o financiamento da educação.

A tendência à mercantilização e à privatização desse bem social – que é a educação em todos os níveis – aprofundar-se-ia com o advento do padrão neoliberal de acumulação professado desde fins dos anos 1970 por vários organismos privados de hegemonia vinculados à burguesia brasileira (Macário, 2021, p. 32).

Conforme Amaral (2016), no percurso de tempo, de 1964 a 2011, a educação superior brasileira passou de 142.386 estudantes matriculados para 6.739.689. Uma ampliação significativa e expressiva, mas que também deve levar em consideração a expansão do ensino superior na rede privada, que desde 1970 tem a prevalência de oferta de vagas no ensino superior, constituindo-se então no setor que concentra o maior número de matrículas.

Dois movimentos concomitantes têm caracterizado a recente expansão da educação superior privada no Brasil, de um lado, a financeirização do setor privado, com forte presença do capital estrangeiro, de outro, a concentração das empresas educacionais, formando grandes conglomerados educacionais. Exemplo disso, a fusão da Anhanguera Educacional com a Kroton Educacional, ocorrida em abril de 2013 e aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em maio de 2014 (Santos, 2016, p. 90).

Após a fusão com a Anhanguera, a Kroton passou a contar com 125 unidades de Ensino Superior, presentes em 18 estados e 83 cidades brasileiras, além de 726 Polos de Graduação EAD credenciados pelo MEC localizados em todos os estados brasileiros e também no Distrito Federal. [...] Por fim, a fusão com a Anhanguera adicionou ao portfólio mais de 400 polos de cursos livres e preparatórios (Kroton, 2022, s/p).

Em 2013, segundo os estudos de Sguissardi (2016), de um total de 2000 IES privadas, apenas 11 empresas detinham 39% do total de 5.448.730 matrículas, que na época correspondia a 70% das matrículas em IES. Segundo último Censo da Educação Superior do Ministério da Educação, em 2019, tivemos 8.603.824 de estudantes matriculados, entre universidades públicas e privadas (Amaral, 2016).

Quando analisamos a educação superior por categoria administrativa, constatamos que dentro das IES há as Universidades, os Centros Universitários, as Faculdades e os Institutos Federais. Dentro da esfera do ensino superior privado, esse crescimento se dá nos Centros Universitários e Faculdades, o que, segundo Lima (2016), restringe a possibilidade de os alunos estarem envolvidos com a iniciação científica e o desenvolvimento da pesquisa.

No decreto nº 5773 de 9 de maio de 2006, que regulamenta e institui as prerrogativas das categorias administrativas das IES, não há a exigência de desenvolver atividades de pesquisa em Centros Universitários e Faculdades, categorias por meio das quais o setor privado vem expandindo. O que implica afirmar que as possibilidades de acesso à pesquisa pelos estudantes que ingressam nas IES privadas são mínimas (Lima, 2016, p. 225).

E ainda é possível dizer que está em processo a substituição do ensino presencial na iniciativa privada pela Educação à Distância (EaD).

Do total de 2,4 milhões de matrículas ofertadas na modalidade à distância, 94% (2,3 milhões) estão na iniciativa privada e apenas 6% (157,6 mil) são ofertadas pelas IES públicas, segundo o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) referente ao ano de 2019 (Macário, 2021, p. 39).

Nos últimos períodos, diversos governos já passaram pela administração do Estado brasileiro, e todos têm se ajustado ao padrão neoliberal de acumulação de capital. Nesta lógica neoliberal, o Estado tende a abandonar a sua função de provedor e mantenedor dos direitos sociais e expandir seu papel de gerenciador dos interesses do mercado.

É sempre um determinado tipo de Estado que se põe como agente imediato dos processos mais abrangentes de reprodução social [...] Desde os primórdios da Revolução Burguesa, o Estado que lhe corresponde põe-se como uma arena de embate entre interesses públicos e os privados mercantis, sob prevalência ora de uns, ora de outros (Sguissardi, 2016, p. 30).

Mas como vimos, a mercantilização da educação superior não é um fato novo, pois engloba as políticas mais gerais para a educação superior, entendida aqui como um campo em disputa. O campo das políticas educacionais envolve análises conjunturais, pois embora a educação sempre reflita a política mais geral de um tipo de governo, também são alvo de lutas sociais por aqueles que a defendem.

A educação superior é aqui analisada como território disputado por interesses privados e públicos, como empreendimento empresarial, visando lucros ou bem social. Trata-se, portanto, de um terreno transpassado por ideologias e forças políticas conflitantes: umas que atuam na defesa de sua subsunção à lógica do padrão neoliberal de acumulação de capital e outras que lutam por torná-la um bem social público garantido pelo Estado (Macário, 2021, p. 03).

Com base nesta orientação, estes governos elaboraram políticas de financiamento público para o campo educacional, aqui abordada através da educação pública superior, que como parte de um projeto de recuperação da crise sistêmica do capitalismo, sofreu ajustes. No próximo momento, analisaremos então as políticas de financiamento para as IFES e para a UFPEL nos períodos de 2010 e 2020.

## FINANCIAMENTO DAS IFES E DA UFPEL

A educação, segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988 (Brasil, 2022) deve ser acessada por todos, constituída como um direito social. Já as universidades públicas federais, entidades da administração indireta do Estado, são constituídas sob a forma

de autarquias ou fundações públicas. As universidades públicas no Brasil são em sua maioria federais e têm seu controle interno vinculado ao Ministério da Educação (MEC) que define o orçamento para cada matriz ou atividade das IFES.

O orçamento para os serviços públicos faz parte das leis orçamentárias, elaboradas pelo MEC que são enviadas ao congresso nacional para serem apreciadas e depois sancionadas ou vetadas pelo presidente da república. Em 2010, as IFES passavam pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24/04/2007, que vigorou até 2012. O Reuni foi parte de um processo de expansão da educação superior no Brasil,

O principal objetivo foi ampliar o acesso e a permanência dos alunos na educação superior no nível de graduação, aproveitando a estrutura física e de recursos humanos das universidades federais, com meta de elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e a redução da relação aluno/professor para dezoito, possibilitando a criação de campi para o interior do País, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades (Oliveira, 2018, p. 47).

O projeto de expansão iniciado gerou uma demanda de custeio, pessoal e investimento que entrou em conflito com as políticas neoliberais de enxugamento do orçamento do Estado para os serviços públicos. Em 2010, tínhamos 60 IFES e até janeiro de 2022 havia 69 IFES. Este crescimento demandou mais custeio e mais investimentos, o que levou a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, no ano de 2016, que estabeleceu um limite anual de despesas no âmbito do orçamento fiscal que vigorará pelos próximos 20 anos.

Cabe destacar que essa Emenda é fruto de um longo período de tentativas de reduzir o tamanho do Estado, desde a década de 90 do século 20, com o advento do neoliberalismo, em que ocorre desmonte dos serviços públicos. A grande diferença do período anterior à aprovação da EC nº 95/2016 e o posterior é que antes cada governo tinha liberdade para definir sua política econômica de maneira a dar maior prioridade aos gastos com Saúde e Educação, por exemplo, ou definir uma política de diminuição dos gastos primários, priorizando o pagamento da dívida pública. Após a aprovação da EC nº 95/2016, no entanto, não cabe mais ao governo eleito essa definição, pois, por 20 anos, os gastos públicos não podem ultrapassar o teto estipulado na Emenda (Henning; Brittes, 2021, p. 374).

Esta emenda fortalece o setor privado de ensino na medida que enxuga o investimento nas demandas sociais para que os serviços privados possam suprir este mercado. Assim, “o território dos direitos sociais e dos bens públicos vem sendo devassado pela lógica mercantil, tornando-se nicho mercadológico muitíssimo interessante para o investimento privado” (Macário, 2021, p. 24).

Aqui, abaixo, veremos os gastos com as IFES em 2010 e 2020, segundo pesquisa de Reis; Macário (2020).

Tabela 1: Financiamento das Universidades Federais de Ensino Superior em 2010 e 2020.

Ano	Pessoal	Custeio	Investimentos	Total
2010	35.378.201.948	6.995.387.052	2.873.072.680	45.953.004.318
2020	46.409.394.285	8.361.978.407	704.394.095	55.654.136.651

Fonte: Reis, Luiz Fernando; Macário, Epitácio. Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v.16, n. 41, p. 20-46, Edição Especial, 2020.

As despesas nas IFES são organizadas por: pessoal e encargos sociais, que são os custos de salário, vantagens e aposentadorias; custeio, que são os gastos para a manutenção da instituição, hospital, restaurantes, luz etc.; e investimento/capital, que é a verba que a universidade recebe para investir em si mesma, como materiais, ar-condicionado, formação etc. Percebe-se que o setor de investimentos foi a fatia mais afetada. Os valores de investimento reduziram em aproximadamente 75% do valor aplicado em 2010. A demanda de gastos com pessoal aumentou e o custeio também, pois o número de universidades também cresceu. Entendemos que essa falta de investimento acaba sendo um empecilho para a promoção de uma educação pública de qualidade.

Essa preocupação é latente no âmbito das universidades, sendo partilhada pelos dirigentes das Instituições de Ensino Superior/IES em audiência pública, que, entre os principais problemas, pautou a falta de orçamento, e de recursos humanos e de infraestrutura, que estão inviabilizando a qualidade da educação superior do país. Além de não haver qualidade no ensino, há prejuízos na realização da extensão e da pesquisa, dissociando o sustentáculo da universidade pública: ensino, pesquisa e extensão (Silva, 2019, p. 34).

Para termos uma melhor compreensão desta realidade concreta, analisamos também os relatórios de gestão da UFPel. Ela foi criada pelo Decreto Lei nº 750, de 08 de agosto de 1969, e teve seu Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969, e nesses 53 anos de existência muitos cursos foram criados, muitos foram extintos e muitas modificações foram feitas, mas não no seu conselho financeiro.

Segundo o Relatório de Gestão da UFPel (2010):

O órgão angariador de recursos e fiscalizador da gestão econômico-financeira é o Conselho Diretor da Fundação, responsável principal pelas relações entre a Universidade e a Comunidade, composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Representantes do MEC, Governo do Estado, Governo do Município, da Rede Bancária, da Associação Comercial de Pelotas, do Centro de Indústrias de Pelotas, da Associação Rural e Representantes Docentes e Discentes (UFPel, 2010, p. 17).

Em 2020, o Conselho Diretor da Fundação (Condir) continuava sendo o órgão responsável por angariar recursos, mas também por supervisionar a gestão econômico-financeira e pelas relações entre a Universidade e a Comunidade. Em 2020, o Condir apresentava a mesma composição que em 2010, segundo os relatórios. Ou seja, os setores empresariais (Rede Bancária, da Associação Comercial de Pelotas, do Centro de Indústrias de Pelotas, da Associação Rural) continuam dentro dos conselhos da instituição.

De acordo com este relatório de gestão, a UFPel em 2010 contava com 23.887 estudantes, destes 2.515 estudantes do ensino técnico-profissionalizante de nível

médio e da educação profissional, 13.480 estudantes no ensino de graduação, 1.992 estudantes na pós-graduação e 5.900 alunos na educação a distância, matriculados em 88 cursos do ensino de graduação e 74 cursos de pós-graduação que continha 26 cursos de especialização, 27 cursos de mestrado e 13 cursos de doutorado dos programas de pós-graduação, totalizando 165 cursos.

No relatório de 2010 não está sistematizado quantos servidores técnicos administrativos continha em 2010 na UFPel discriminadamente, mas é apresentado um quadro técnico com os servidores efetivos, e nele somam-se 2.703 servidores. Quanto aos docentes, encontramos um total de 4.288 professores, destes apenas 13 eram substitutos, 45 estavam afastados e 3 cedidos para outras universidades.

Já, em 2020, a UFPel possuía 98 cursos de graduação presenciais e 4 cursos de graduação em EaD, os quais estão atendendo 85 polos ao todo. A UFPel atendia 17.132 estudantes nesses cursos. Na pós-graduação, a Universidade possuía 32 programas de doutorado, 44 mestrados acadêmicos, 5 mestrados profissionais e 20 cursos de especialização, este entre presenciais e a distância. São 4.101 alunos em formação nesse nível na UFPel.

A universidade continha 2.600 professores ativos permanentes, 57 temporários, 30 cedidos, 157 sem vínculos e 8 sobre outros vínculos, fazendo um total de 2.852 professores. Em 10 anos, tivemos o número de professores temporários aumentou significativamente, o que representa a perda de direitos e estabilidade para estes profissionais da educação, e perda de qualidade na formação, pois os professores temporários não podem desenvolver projetos de pesquisa e/ou extensão permanentes e nem trabalhar ou orientar na pós-graduação.

Em 2020, a universidade contava com 1.251 técnicos administrativos em educação, mas destes, 71 já estão com os cargos extintos, e por isso, depois que aposentarem a universidade não ofertará mais estes cargos. Nessa linha, cabe destacar que nos próximos anos mais de 28% (vinte e oito por cento) da força de trabalho dos técnicos-administrativos em educação, que atuam na UFPel, provavelmente, não será reposta, segundo o relatório. Segue, então, a composição final destes números durante os referidos períodos.

Tabela 2: Número de estudantes na graduação, docentes e técnicos administrativos

	2010	2020
Estudantes	23.887	21.233
Docentes	4.288	2.852
Técnicos administrativos	2.703	1.251

Universidade Federal De Pelotas. Relatório de Gestão 2020. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-2020-UFPel.pdf> Acessos em: 20 de agosto de 2021.

Percebemos que a universidade pública está encolhendo. Esta realidade é um reflexo da falta de investimento nas IFES. Os estudantes encontram mais incentivos para se matricularem nas universidades privadas, que têm mais vagas e menos concorrência por serem a maioria das instituições de ensino superior.

Nesta outra tabela, veremos o orçamento aplicado na UFPEL em cada matriz:

Tabela 3: Gastos com a UFPEL

Ano	Pessoal/encargos	Custeio	Capital	Total
2010	275.286.907,00	2.968.903,80	13.121.654,00	291.377.464,80
2020	727.025.667,00	74.232.110,00	3.415.561,00	804.673.464,00

Fonte: Universidade Federal De Pelotas. Relatório de Gestão 2010. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-2020-UFPEL.pdf> Acessos em: 10 e 20 ago. 2021.

Embora as análises feitas tenham um intervalo de uma década, pode-se perceber que há uma diminuição no que tange os investimentos de capital, por exemplo, que em 2020 encolheu 74% comparado ao orçamento de 2010. Nessa tabela, podemos ver que os valores repassados em 2020 para a UFPEL são quase a soma dos valores destinados para pagamento de folha de servidores e custeio que as unidades demandam para se manterem funcionando, perante o que demanda de estrutura e condições de trabalho em uma universidade com 21 mil estudantes em 2020.

No que tange os gastos com Pessoal, em 2020, é importante destacar que a maior fatia de gastos foi para “vencimentos e vantagens fixas” cujo montante em 2020 foi de aproximadamente R\$ 387 milhões e “Aposentadoria RPPS” sendo empenhado cerca de R\$ 201 milhões (Relatório De Gestão UFPEL, 2020). Ou seja, grande parte do gasto com pessoal é com aposentados, e não com trabalhadores na ativa. Esse contingente de pessoal aposentado não foi repostado, o que gera um acúmulo de trabalho para os que ficam.

O que podemos perceber é que para além das vantagens fixas e custeio devido à expansão da UFPEL, o capital/investimento tem sido cada vez menor, o que inviabiliza a melhoria das instalações ao longo de 10 anos, o que dificulta principalmente a pesquisa e a extensão. A universidade deve ser produtora de conhecimento científico e não apenas formadora de capital humano, que desenvolve somente habilidades e competências ao longo desta formação.

Conforme o Relatório de Gestão da UFPEL (2020,):

Tecnicamente, o exercício orçamentário 2020 apresentou algumas modificações em relação aos anos anteriores, começando pela não liberação da totalidade do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA, 2020), bem como pela separação do orçamento em duas Unidades Orçamentárias (UOs) distintas. Em termos percentuais, o orçamento liberado para a instituição sofreu uma redução de 3,34% em relação ao orçamento aprovado na LOA, correspondendo a aproximadamente R\$ 2 milhões a menos nos recursos de custeio da UFPEL (UFPEL, 2020, p. 113).

Tabela 4: Comparação entre orçamento aprovado e orçamento liberado em 2020

	Liberado 2020 (R\$)	LOA 2020 (R\$)
Despesas de Custeio, Fonte Tesouro	72.003.049,00	74.232.110,00
Despesas de Custeio e Capital, Fonte Própria	1.386.583,79	3.517.972,00
Despesas de Capital, Fonte Tesouro	3.303.212,00	3.415.561,00

Fonte: Universidade Federal De Pelotas. Relatório de Gestão 2010. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relat%c3%b3rio-de-Gest%c3%a3o-2010-UFPEL.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.  
Universidade Federal De Pelotas. Relatório de Gestão 2020. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-2020-UFPEL.pdf> Acessos em: 20 ago.2021.

O baixo investimento de capital nas IFES culmina na dificuldade das instituições em realizarem pesquisa e extensão, pois com pouco investimento fica cada vez mais inviável adquirir ou investir numa estrutura possível para a realização das pesquisas, como computadores e maquinário para melhorar e equipar devidamente os laboratórios para as pesquisas científicas. Para a IFES, fomenta-se então a ideia de parcerias público-privadas entre universidades e empresas privadas, que entrariam com os recursos para financiar as pesquisas científicas, o levando a um direcionamento imposto pelas empresas sobre que tipo de pesquisa realizar-se-á.

Com os congelamentos dos gastos, dificulta-se também a abertura de concursos para professores efetivos, o que leva ao aumento quantitativo de professores contratados em tempo parcial, que não conseguem desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão. Essa falta de professores também contribui para um aumento da relação aluno/professor, que faz com que o professor tenha que assumir uma grande parte de sua carga horária com disciplinas, ficando com poucas horas para a pesquisa e extensão.

Se, em 2010, nós tínhamos 5,5 estudantes para cada professor na UFPel, em 2020, tínhamos 7,4 estudantes para cada professor. Mesmo com a redução do número de alunos, a proporção aumentou. Isso de uma forma geral, pois as unidades de ensino não têm o mesmo número de professores efetivos, nem de substitutos ou contratados, e muitos dos efetivos ocupam cargos diretivos e acabam se afastando do ensino, da pesquisa e extensão, relegando aos demais assumirem essas demandas.

O corte de verbas também afeta a assistência estudantil, o que dificulta a conclusão de muitos estudantes que precisam trabalhar para sobreviver e não conseguem organizar seus horários para concluir o curso. Esta prática empurra os estudantes para as instituições privadas e aumenta a taxa de evasão nas instituições públicas de ensino superior.

Para Macário (2021):

O que justifica tais manobras é a necessidade de uma formação rebaixada destinada à ampla massa de estudantes matriculados principalmente nas instituições privadas que atendem ao padrão neoliberal de acumulação porque, além de representar um filão para investimentos represados, forma a mão de obra para a imensa maioria dos postos de trabalho posicionados na base da pirâmide salarial, sejam formais ou informais (Macário, 2021, p. 39).

E o mesmo autor continua com a seguinte síntese:

Imediatamente, a defesa da universidade pública socialmente referenciada mira o governo e o fundo público, pois não é possível garantir recursos para sustentar as instituições existentes e, ademais, para expandi-las sem guerrear com capitalistas e segmentos parasitários que vivem à sombra dos recursos estatais. Mesmo essa batalha por orçamentos para as IES públicas, em particular, e para as políticas sociais, em geral, confronta imediatamente o sistema tributário regressivo e o da dívida pública, bem como atinge em cheio a Emenda Constitucional nº 95/2016 que garroteia os gastos primários do Estado (Macário, 2021, p. 43).

Assim, sob o padrão neoliberal de acumulação, nem o Estado, nem a burguesia brasileira nutre qualquer interesse pela universidade pública de qualidade. Este fato é constatado quando percebemos que a mão de obra de que necessitam pode ser fornecida pelo ensino privado, e ainda ser uma fonte de investimentos rentáveis, diferente do que é o ensino público. Mas, certamente, podemos perceber que a narrativa utilizada para desqualificar e justificar a falta de investimento são bem diferentes.

Segundo Leher (2019), eles se utilizam de duas nervuras. A primeira num sentido ideológico, e daí surgem lutas partidárias contra o conhecimento difundido e produzido na universidade; e a segunda em acusações de que as IFES gastam demais e não estão reconhecidas como universidade de excelência.

Mas estas são ideias difundidas pelos setores investidores no intuito de que o fundo público não invista no financiamento das universidades públicas, e assim impedir também a difusão do conhecimento científico que não estiver interessado por tais corporações/empresas (Leher, 2019). Estas corporações até têm interesse na produção de conhecimento, desde que ele esteja voltado para os seus interesses, o que decompõe as universidades em organizações utilitaristas, incapazes de antecipar cenários de futuro e de tornar pensáveis os problemas dos povos.

## CONCLUSÃO

A educação neoliberal preza pela formação de capital humano e mão de obra para o mercado. O desenho destas políticas educacionais orienta-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis. Nessa lógica, a universidade deve ser destinada às classes que merecem ter os melhores empregos e que, principalmente, possam pagar por essa educação.

A educação superior, como tudo no capitalismo, é vista como uma mercadoria, o que representa, num horizonte, o fim da educação superior pública. A educação, bem como os demais direitos sociais e bens públicos, têm sido alvo de ataques da lógica mercantil, constituindo-se um espaço muitíssimo interessante e rentável para o investimento privado.

Desde a década de 1970, o mercado encontrou um nicho importante que fortalece o acúmulo de capital. As corporações que atuam na educação superior privada encontraram um cenário favorável, e as IES privadas cresceram significativamente mais que as IES públicas nos últimos períodos. No nosso entendimento, esse fator está intimamente ligado ao desinvestimento que tem sido feito nas IFES, principalmente nos últimos 10 anos, como vimos no caso na UFPel e mais especificamente desde a aprovação da EC nº 95 de 2016.

Pôde-se perceber, com este estudo, que o país caminha a passos largos rumo ao desinvestimento nas IFES, o que pode representar a contramão de uma educação que poderia ser uma alavanca para desenvolver uma sociedade com menos desigualdade. A educação é canal de acesso aos conhecimentos necessários para a reprodução da força de trabalho, mas também a sua falta de acesso contribui para o declínio do valor da mão de obra.

O estudo aponta para o enxugamento da UFPel. A UFPel diminuiu em dez anos o seu tamanho. Tem menos professores, menos técnicos administrativos e menos estudantes. Diminuiu também, significativamente, o seu investimento em capital, o que dificulta a expansão da universidade para melhor atender suas demandas de ensino e pesquisa e extensão.

A universidade mais restrita, como menos vagas e diminuindo seus subsídios, incentiva os estudantes a se matricularem nas universidades e faculdades privadas, que têm mais vagas e menos concorrência por serem a maioria das instituições de ensino superior. Mesmo com a cobrança de mensalidades, elas se tornam mais atrativas porque muitas vezes os estudantes conseguem cursar suas faculdades na modalidade EaD, o que restringe a possibilidade de os estudantes estarem envolvidos com a iniciação científica e o desenvolvimento da pesquisa.

Com as IFES diminuindo de tamanho no que tange a sua comunidade acadêmica (estudantes, docentes e técnicos administrativos), é possível prever que cada vez menos pessoas acessarão um ensino público, gratuito e de qualidade. Além disso, é possível também antecipar que certamente as classes menos favorecidas estarão fora da universidade, e sendo assim, não será de lá que sairão a resolução dos problemas para a maioria da população. Afastar as trabalhadoras e os trabalhadores do conhecimento faz parte da estratégia para manter as pessoas subjugadas a condições trabalhistas cada vez mais precarizadas.

Os problemas dos povos são emprego, moradia, educação, transporte, água potável, saneamento, condições de trabalho, enchentes, crise hídrica, desabamentos, entre outros. A solução apontada para esses problemas tem sido a retirada de direitos, como férias, aposentadoria, leis trabalhistas, o que claramente não resolveu, pois hoje somos mais de 54 milhões de desempregados no país.

As universidades deveriam ser um vetor de produção de conhecimento para resolver os problemas da realidade cotidiana. Quando identificamos que as IFES (que produzem ensino, pesquisa e extensão) estão diminuindo e as IES privadas estão aumentando, é possível identificar também que a produção do conhecimento para a resolução dos problemas reais da vida não está encontrando espaço e nem incentivo, até porque cada vez mais a população vê as IES privadas como uma oportunidade para conseguir cursar o ensino superior. Como as IES privadas preocupam-se mais com o ensino do que com a pesquisa e a extensão, esta formação cada vez se distancia mais da produção de conhecimentos, da pesquisa, eixo que deveria ser um pilar para todas as IES se queremos encontrar e desenvolver as soluções para os nossos problemas.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Nelson. A educação superior brasileira: Dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. *Revista Brasileira de Educação*. v. 21 n. 66 jul.-set. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 116 de fevereiro de 2022, Brasília. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- BRASIL. *Emenda Constitucional n.95*, de 15 de dezembro de 2016. Presidência da República, Brasília-DF, 2016.

GHIDINI, Rafael; MORMUL, Najla Mehanna. Neoliberalismo e educação: aproximações entre Brasil e Chile. *Revista Contexto & Educação*. v. 37, n. 116, 2022.

HENNING, Adriana Clarice; BRITTES, Letícia Ramalho. Emenda constitucional nº 95/2016: Ameaças e Desafios aos Institutos Federais. *Revista Contexto & Educação*, v. 36, n. 113, p. 373-391, 2021.

KROTON: perfil corporativo. Kroton.com.br, 2022. Disponível em: [https://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/conteudo\\_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=34092#1](https://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=34092#1). Acesso em: 11, abril de 2022.

LEHER, Roberto. *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de polarizar a defesa da educação pública* – 1.ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MALANGE, Fernando Cezar Vieira; BARBOSA, Valci Aparecida. Políticas de expansão da educação superior implantadas pelo Estado brasileiro: Reflexões sobre democratização. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mufarrej. *Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de letras, 2016.

MACÁRIO, Epitácio. Padrão neoliberal de acumulação, ideologia e mercantilização da educação superior. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 14-49, maio/ago. 2021.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, José Claudio Karam de. *Estudo preditivo do impacto orçamentário da emenda constitucional nº 95/2016 nas universidades federais brasileiras*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, 2018.

REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Epitácio. Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista –Bahia –Brasil, v.16, n. 41, p. 20-46, Edição Especial, 2020.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Dinâmicas de crescimento do setor privado de educação superior na atualidade. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mufarrej. *Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: refém do mercado ou quando a face privado-mercantil se sobrepõe à face pública do Estado. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mufarrej. *Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil*. – Campinas, SP: Mercado de letras, 2016.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, 2005.

SILVA, Elizandra Garcia da. A expansão da Universidade Federal do Amazonas: implicações a partir do financiamento em tempos de crise. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 01, p. 26-44, mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Relatório de Gestão 2010*. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relat%c3%b3rio-de-Gest%c3%a3o-2010-UFPEL.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Relatório de Gestão 2020*. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-2020-UFPEL.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

**Autora correspondente:**

Geovanna Caroline Zanini Dutra

Universidade Federal de Pelotas

R. Cel. Alberto Rosa, 154 – Centro, Pelotas/RS, Brasil. CEP 96020-220

E-mail: geovannazdutra@gmail.com

Todo conteúdo da Revista Contexto & Educação  
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.